



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
Faculdade de Educação

Alane Medeiros Carvalho

**“É um monstro grande, pisa forte”: Um estudo sobre a
precarização do trabalho docente**

BRASÍLIA-DF
2023

Alane Medeiros Carvalho

“É um monstro grande, pisa forte”: Um estudo sobre a precarização do trabalho docente

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade de Brasília como requisito parcial para a conclusão do Curso de Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Caetana Juracy Rezende Silva

BRASÍLIA – DF
2023

“É um monstro grande, pisa forte”: Um estudo sobre a precarização do trabalho docente

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade de Brasília como requisito parcial para a conclusão do Curso de Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Caetana Juracy Rezende Silva

Profa. Dra. Caetana Juracy Rezende Silva
Orientadora

Profa. Dra. Caroline Bahniuk
Membro da Banca Examinadora

Profa. Dra. Ana Maria De Albuquerque Moreira
Membro da Banca Examinadora

A meu esposo que nos últimos 19 anos foi meu companheiro de aprendizagens, aprendemos a sermos cônjuges, pais, filhos e amigos juntos e aprendemos, também, que esses papéis não são estáticos, mas dinâmicos, e sempre precisamos reaprender a sermos cônjuges melhores, pais melhores, filhos melhores e amigos melhores.

A meus filhos que me trouxeram um sentimento de continuar a viver acreditando na possibilidade de construirmos um mundo melhor.

A minha mãe que sempre se fez como um porto seguro.

A meus irmãos.

Agradeço

À minha orientadora que se mostrou paciente, mas firme quando eu me distraia do meu objetivo.

A todos os professores da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília que contribuíram para a minha formação.

A toda equipe de profissionais de apoio que zelam pelos espaços da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.

O discurso ideológico da globalização procura disfarçar que ela vem robustecendo a riqueza de uns poucos e verticalizando a pobreza e a miséria de milhões. O sistema capitalista alcança no neoliberalismo globalizante o máximo de eficácia de sua malvadez intrínseca.

Paulo Freire (2022:125)

Quem ocupa o trono tem culpa
 Quem oculta o crime também
 Quem duvida da vida tem culpa
 Quem evita a dívida também tem

Compositor: Humberto Gessinger
 Engenheiros do Hawaii

Eu só peço a Deus
 Que a dor não me seja indiferente
 Que a morte não me encontre um dia
 Solitário sem ter feito o que eu queria
 Eu só peço a Deus
 Que a injustiça não me seja indiferente
 Pois não posso dar a outra face
 Se já fui machucado brutalmente
 Eu só peço a Deus
 Que a guerra não me seja indiferente
 É um monstro grande, pisa forte
 Toda a pobre inocência desta gente
 Eu só peço a Deus
 Que a mentira não me seja indiferente
 Se um só traidor tem mais poder que um povo
 Que este povo não esqueça facilmente
 Eu só peço a Deus
 Que o futuro não me seja indiferente
 Sem ter que fugir desenganado
 Pra viver uma cultura diferente

Compositor: León Gieco
 Mercedes Sosa

RESUMO

Esta pesquisa tem como tema a precarização do trabalho docente. Com objetivo de investigar como este fenômeno é abordado em trabalhos acadêmicos. Para tanto, foi feita uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa. Com essa finalidade, foram selecionadas quatro teses e sete dissertações disponíveis no banco de dados: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações - BDTD. Para selecionar pesquisas mais atuais, o recorte temporal foi delimitado aos últimos 5 anos. Os trabalhos apontaram o neoliberalismo como o fator que determina a precariedade do trabalho docente na contemporaneidade, causando intensificação do trabalho, maior controle e cobrança a categoria docente. Esse processo de precarização inicia-se a partir de 1970 a nível global e 1990 começa a ser implementado no Brasil. Encontrando sua síntese entre os anos 2016 e 2017 a partir dos marcos formais da aprovação da EC nº 95/2016 - Emenda constitucional do Teto de Gastos Públicos; da Lei 13.467/2017 - Reforma trabalhista; da Lei nº 13.429/2017 - Lei de terceirização, e mais recente EC nº 103/2019 - Reforma da Previdência. Entre as consequências verifica-se a diminuição da contratação de professores efetivos e o aumento da contratação de professores temporários, com menos garantias e direitos. As reflexões desenvolvidas ao longo deste estudo permitiram a compreensão de como ocorre a precarização do trabalho docente e uma análise crítica das condições materiais as quais os docentes estão sujeitados.

Palavras-chaves: Precarização do trabalho docente; Acumulação Flexível; Neoliberalismo; Mercantilização da educação

ABSTRACT

This research has as its theme the precariousness of teaching work. The main objective was to investigate how this phenomenon has appeared in academic papers. To this end, we proceed with bibliographical research with a qualitative approach. We selected four theses and seven dissertations in the database: Digital Library of Theses and Dissertations – BDTD. To select more current research, the time frame was delimited to the last 5 years. The studies pointed to neoliberalism as the main factor in the precariousness of teaching work conditions in contemporary times, causing the intensification of work, greater control, and charging the teaching category. This process of precariousness began in 1970 at a global level and 1990 began to be implemented in Brazil. Finding its synthesis between the years 2016 and 2017 from the formal milestones of the approval of EC No. 95/2016 - Constitutional Amendment of the Public Expenditure Ceiling; Law 13.467/2017 - Labor Reform; Law No. 13,429/2017 - Outsourcing Law, and more recent EC No. 103/2019 - Pension Reform. Among the consequences are a decrease in the hiring of permanent teachers and an increase in the hiring of temporary teachers, with fewer guarantees and direct. The reflections developed throughout this study allowed us to understand the degradation of teachers' working conditions forms. The study also allowed us to analyze critically the material working conditions in teaching.

Keywords: Precariousness of teaching work; Flexible Accumulation; Neoliberalism; Commodification of education.

MEMORIAL

Meu nome é Alane Medeiros Carvalho, tenho 38 anos. Sou esposa do Murilo Costa de Oliveira, mãe da Mariana Medeiros de Oliveira (18 anos) e do Arthur Medeiros de Oliveira (15 anos). Terminei meu Ensino Médio com 18 anos no estado do Maranhão, no mesmo ano cheguei a fazer meu primeiro vestibular para psicologia, mas infelizmente não consegui passar. Logo depois voltei para o Pará, morar com minha mãe e irmãos.

No ano seguinte engravidei da minha primeira filha e tive que adiar um pouco a faculdade. Quando minha filha começou a ir para escolinha, eu estava com 21 anos, decidi que era hora de tentar novamente a faculdade, porém, quando fui atrás do meu certificado descobri que a escola onde cursei o terceiro ano do Ensino Médio, não havia registrado minha passagem por lá.

Eu havia chegado no terceiro bimestre transferida de outro estado (comecei meu terceiro ano no Rio de Janeiro e decidi ir morar em São Luiz do Maranhão no meio do ano). Porém, quando cheguei, a escola estava iniciando o primeiro bimestre, devido uma reforma, e por isso me dispensaram de fazer as provas do primeiro e segundo semestre. O ano letivo iria até meados do ano seguinte, mas, quando chegou dezembro decidiram que iriam atribuir notas do primeiro e segundo bimestre ao terceiro e quarto, mas não fizeram esse processo para mim que havia chegado de transferência, com isso, precisei refazer meu terceiro ano aos 22 anos.

Comecei novamente o terceiro ano e como estávamos em uma situação confortável decidi ter meu segundo filho para que ele não ficasse com uma idade muito diferente da primeira, e para eu “criar” os dois ao mesmo tempo. Assim, quando terminei o terceiro anos já estava grávida do segundo filho.

Lembro que cheguei a me inscrever no Enem, mas uma prosa ruim do diretor acabou me fazendo desistir de fazer a prova. Ele falou com a turma que quem não achasse que estava preparado para fazer o Enem era melhor não fazer, para não comprometer os indicadores da escola, já que ela era a melhor da região.

Isso me fez acreditar que precisava fazer um cursinho antes do vestibular, mas agora, com dois filhos, um cursinho não era viável. Pensei em fazer uma faculdade a distância, mas de repente tudo mudou.

Meu esposo que trabalhava em uma área que pagava bem, entretanto muito violenta, precisou largar o emprego para nos proteger, e viemos parar em Brasília. Cheguei grávida de 6 meses, com uma filha de 3 anos e um marido desempregado. Passamos 3 meses morando de favor, até vendermos nossa casa do Pará, pela metade do preço, o que nos manteve por 6 meses. Logo o Murilo foi chamado para trabalhar como carteiro, no entanto, o salário era baixo e agora morávamos de aluguel e a vida ficou um pouco mais complicada.

Mas eu sempre navegava no site do Cespe (Cebraspe), cheguei a fazer minha inscrição em 2008, 2009, 2010, no entanto eu nunca pagava, pensava que eu só iria gastar R\$100,00 e não iria passar, iria gastar um valor muito alto (na época) para nada. Até que no vestibular de 2011 a instituição abriu uma isenção para baixa renda em que eu me encaixava, e assim fiz meu terceiro vestibular, fiz para Relações Internacionais, e não passei.

Com tudo, o Cespe tinha um aplicativo que indicava em qual curso a nota me permitiria passar, e eu passaria para algumas licenciaturas. Então, no meio do ano de 2011, consegui a isenção novamente e passei para Letras Português, foi um momento de muita alegria.

Comecei o curso ainda em 2011 e consegui estudar bem até final de 2012, mas em 2013, o Murilo mudou de função e de unidade (ele que pegava as crianças na escola e ficava com eles a noite), mas, com a mudança de unidade, ele não poderia continuar me dando esse suporte, precisei trancar o semestre.

Depois disso, tudo desandou, todo semestre eu começava e precisava desistir, até que tirei minha habilitação e a situação financeira estava melhor. Em 2015, tentei retornar, mas não consegui fazer uma grade em um único turno, eu estava fazendo um esforço enorme para ir duas vezes ao dia na UnB. Até que um dia o Arthur não teve aula e eu precisei levá-lo comigo para faculdade. Infelizmente, a professora não soube nos acolher, e reclamou de eu levar um convidado sem avisar (Ora convidado!

ele era meu filho, não era uma regra ir comigo, foi uma exceção). Esse fato se juntou ao cansaço da peregrinação para a UnB e acabei desistindo de vez do curso.

Depois disso, iniciei dois cursos à distância, mas, para mim, aquilo não era cursos de verdade. Até que em 2019 decidi fazer o vestibular da UnB novamente e passei para Pedagogia. Mais uma vez fiquei muito feliz! Agora, as crianças já estavam mais autônomas, Arthur com 11 anos, Mary com 14, já conseguiam se alimentar e ir para a escola sozinhos (mesmo assim ainda consegui me sentir culpada, meu curso era diurno, saía pela manhã e voltava à noite, sentia que estava deixando meus filhos largados).

O primeiro semestre foi maravilhoso, fiz sete disciplinas, passei em todas, depois fiz o curso de verão. Meu plano era terminar no final de 2021, uma vez que consegui o aproveitamento de algumas disciplinas do meu primeiro curso. Mas, infelizmente, no primeiro semestre de 2020, veio a pandemia, e lá estava eu, fazendo o curso remoto. Eu que amava ir para faculdade, sair um pouco do ambiente doméstico, interagir com pessoas diferentes, sem falar que atrasou todo o meu planejamento. Graças a Deus, agora estou aqui escrevendo meu memorial de TCC, e imaginando que esse é apenas o primeiro trabalho de conclusão de curso. Minha vida acadêmica só está começando.

Agora quero falar sobre a escolha do tema do meu TCC. Inicialmente, eu me identifiquei muito com os estudos, desenvolvidos nas aulas com minha orientadora Caetana, sobre uma educação crítica do sistema capitalista. Nunca havia me deparado com conceitos como mais-valia, superexploração do trabalhador, exército industrial de reserva, mercantilização da educação, divisão em classe trabalhadora e classe dos donos dos meios de produção, corrosão dos direitos sociais devido a lógica neoliberal explicados com clareza e simplicidade. Com isso, me vi em um sistema que eu não escolhi, o capitalismo. Um sistema que nos desumaniza, nos transforma em produtos para o enriquecimento do próprio capital.

Também me deparei com o estudo de Terezinha Rios (2011) sobre ética e competência. Esse trabalho aponta para uma perspectiva de formação docente para a competência do fazer bem, e, para isso, a formação do profissional competente deve abordar as dimensões técnica, política, ética e estética. Defendendo que sim, o professor deve dominar a técnica e os conteúdos que irá trabalhar em suas aulas, porém, isso não é o bastante. Ele precisa refletir sobre as finalidades e propósitos dos

conteúdos selecionados, deve estar atento às funções políticas das informações e da didática empregada, passando pelo crivo da ética, para compreender se a partir do currículo estará contribuindo para emancipação ou para alienação de seus alunos, não podendo estar de fora a dimensão estética de ouvir e sentir a si mesmo e as necessidades do outro.

E para me trazer um sentimento de luta, vi nas ideias de Kuenzer (2014) a educação como forma de se colocar de maneira mais qualificada na cadeia de produção, como uma possibilidade de descortinar as cadeias ideológicas da dinâmica do capital. Mas, para que a educação tenha essa capacidade de transformar de maneira positiva a vida dos trabalhadores, precisa estar alinhada com as finalidades de humanização, cooperação e emancipação do sujeito.

E quando pensamos em emancipação do sujeito não tem como não lembrarmos da Pedagogia da Autonomia de Paulo Freire, nosso patrono da educação, que também defende uma formação política do docente, para que ele seja capaz não só ensinar a ler e contar, mas de construir juntos um pensamento crítico, capaz de esperar por um mundo melhor, um mundo de gente.

A partir dessas ideias comecei a refletir, e a ser instigada a ler mais sobre os processos de desumanização aos quais o capitalismo nos submete, com leituras de Ricardo Antunes, Marise Ramos, Acácia Kuenzer, Paulo Freire entre outros, além de vídeos e reportagens com a temática. E, assim, acabei percebendo a importância de me aprofundar nos estudos sobre a precarização do trabalho, particularmente a do trabalho docente, engajada em compreender as implicações para a carreira do pedagogo e as possibilidades, dentro da dinâmica capitalista, de mobilização e luta pela construção de uma sociedade mais humana.

Ao concluir este trabalho, apenas cumpro uma parte da minha trajetória, pois a formação docente precisa ser contínua, tanto para proporcionar aos educandos uma formação para a emancipação, quanto para tentar me colocar de forma mais qualificada em "pontos mais dinâmicos da cadeia produtiva" no capitalismo, como nos lembra Kuenzer.

Deixo aqui uma expectativa de poder me aprofundar mais sobre esse problema, quem sabe em um mestrado ou mesmo seguindo o doutorado. Me interessa por exemplo,

investigar sobre impactos do professor precarizado na formação dos filhos da classe trabalhadora e aumentar meu referencial teórico incluindo autores como István Mészáros, Antonio Gramsci, Luiz Carlos de Freitas entre outros.

Sempre irei procurar aprimorar minha prática docente visando a competência apontada por Terezinha Rios, fazendo a articulação entre as dinâmicas ética, estética, técnica e política. Procurando ter domínio técnico dos conteúdos analisando-os ética, estética e politicamente.

Irei procurar recursos para atender as especificidades dos meus educandos respeitando os direitos já consolidados no Estatuto da Criança e do adolescente, no Estatuto da Pessoa com Deficiência, nas leis que engloba as diversidades raciais, gênero e culturais. Na compreensão que todos tem o direito de existir. Lutando para o ensino-aprendizado dos direitos e deveres visando a transformação para uma sociedade mais justa e igualitária. Onde o ser pessoa valha mais do que a sua transformação em mercadoria.

SUMÁRIO

RESUMO.....	7
ABSTRACT	8
MEMORIAL	9
1. INTRODUÇÃO.....	15
1.2 Metodologia.....	16
2. TRABALHO E EDUCAÇÃO CONSTITUIDORES DE HUMANIZAÇÃO: CAPITALISMO MECANISMO DE ESVAZIAMENTO DE SEUS SENTIDOS	22
2.1 As relações entre trabalho e educação	22
2.2 As exigências do neoliberalismo	25
2.3 As relações público-privadas no campo da educação.....	31
2.4 Dispositivos midiáticos a serviço da ideologia neoliberal.....	36
2.5 A importância da consciência de classe e da luta social.....	40
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
REFERÊNCIAS	46

1. INTRODUÇÃO

Este estudo se volta para o tema da precarização do trabalho docente. Buscou-se, por meio de pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, identificar como esse fenômeno tem sido abordado em trabalhos acadêmicos. Para tanto, foram selecionadas teses e dissertações disponíveis no banco de dados: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações - BDTD, defendidas no período de 2017 a 2022.

O referencial teórico adotado buscou abranger autores que possibilitassem a compreensão de diferentes aspectos relacionados ao tema, tais como as políticas neoliberais e suas influências no mundo do trabalho e na classe trabalhadora. A partir dos estudos de Silva (2018), Antunes (2002; 2018), Kuenzer (2002; 2014), Paulo Freire (2022) e Saviani (2006) foi possível compreender o processo de precarização do trabalho docente como consequência da reestruturação do sistema capitalista.

O processo de reestruturação produtiva, ou capitalismo flexível, que ocorre a partir da crise no sistema capitalista nos anos de 1970, expandindo-se em escala global, começa a ser implementado no cenário brasileiro, mais aprofundadamente na década de 1990, por meio de políticas neoliberais.

Orientado pelo pensamento neoliberal, intensifica-se um processo de corrosão dos direitos trabalhistas, visando o enxugamento da máquina pública. Nesse cenário, com a justificativa de diminuição dos seus gastos, o Estado passa a adotar políticas para a redução da folha de pagamento com pessoal estável, aumentando os trabalhadores terceirizados.

Além da terceirização, a literatura identifica no processo de precarização a intensificação do trabalho, aumento do controle por meio de avaliações, desmobilização sindical, precarização do currículo em funções das avaliações em larga escala e o corte de gastos, entre outros fatores.

A partir da leitura do referencial e das teses e dissertações selecionadas foi possível organizar cinco eixos de análise: 1) As relações entre trabalho e educação; 2) As exigências do neoliberalismo; 3) As relações público-privadas no campo da educação; 4) Dispositivos midiáticos a serviço da ideologia neoliberal; 5) A importância da consciência de classe e da mobilização social.

Neste trabalho, buscamos inicialmente explicitar nossa trajetória de investigação apresentando os procedimentos metodológicos adotados. Em seguida, aborda o trabalho e a educação como constituidores de humanização e o capitalismo como mecanismo de esvaziamento dos sentidos dessas dimensões da vida humana, passamos a expor as análises desenvolvidas em cada um dos eixos. No desfecho deste estudo, apresentamos nossas considerações finais sobre os modos como tem se dado a degradação das condições de trabalho docente e os impactos desse processo de precarização na qualidade da educação.

1.2 Metodologia

Neste estudo buscamos, por meio de pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo, identificar como o fenômeno da precarização do trabalho docente tem sido abordado em produções acadêmicas.

O primeiro passo foi aproximação da temática para compreender os processos de precarização do trabalho docente. Para isso, foram escolhidos os autores: Antunes (2002; 2018) que aborda a precarização do trabalho da classe trabalhadora em geral, neoliberalismo e reestruturação do capital, a substituição do trabalhador, a drástica diminuição dos empregos, a intensificação do trabalho e a nova morfologia da classe que vive do trabalho na era digital; Saviani (2007) sobre os fundamentos da relação trabalho-educação; Kuenzer (2002, 2014) no estudo sobre as transformações da educação no contexto da acumulação flexível; Freire (2022) na abordagem das questões sobre conscientização das relações de poder e a educação para liberdade; e Silva (2018) que traz as tendências mais atuais de precarização do trabalho docente.

Entre janeiro e março de 2023, foi realizado o levantamento de teses e dissertações, na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações - BDTD, restringindo-se às defendidas no período de 2017 a 2022, por serem estudos mais atuais sobre o tema. Na busca, foi utilizada a expressão: “precarização do trabalho docente” no campo título, tendo sido encontrados 12 trabalhos acadêmicos, sendo um repetido. Em seguida, foram lidos o resumo, a introdução e as considerações finais. Todos os 11 trabalhos, 4 teses e 7 dissertações, estão diretamente vinculados ao tema de estudo, tratando da precarização do trabalho docente seja na Educação Básica ou no Ensino Superior, sendo, assim, selecionados para análise. O quadro a seguir apresenta a relação dos trabalhos selecionados.

Quadro dos trabalhos acadêmicos selecionados para análise

Título	Autor	Tipo	Ano da defesa	Link para o texto
As políticas educacionais e a precarização do trabalho docente no Brasil e em Portugal	Patrícia Regina Piovezan	Tese	2017	http://hdl.handle.net/11449/148792
A profissionalização docente no âmbito da formação continuada do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: da valorização à precarização do trabalho de professores	Michelle Castro Silva	Dissertação	2017	http://ppgedufpa.com.br/arquivos/File/michellecastro.pdf
PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE: uma análise a partir da escola pública da cidade de São João de Meriti	Luciana Moreira Francisco Ramos	Dissertação	2017	https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/20792
A Precarização do Trabalho Docente na Rede Pública Estadual Paulista: possibilidades de uma análise territorial.	Adilson Toledo Bernardes	Dissertação	2018	https://doi.org/10.11606/D.8.2019.tde-23072019-154906
Precarização do trabalho docente: o caso do professor substituto do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba	Edileuza da Silva Torres	Dissertação	2019	https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/16831
As reconfigurações do trabalho docente no século XXI: controle, intensificação e precarização do professor	Renato Gomes Vieira	Tese	2019	https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/10282/5/Tese%20-%20Renato%20Gomes%20Vieira%20-%20202019.pdf
NEOLIBERALISMO E EDUCAÇÃO: A precarização do trabalho docente e da educação pública no estado de São Paulo	Moacir Simardi Neto	Dissertação	2019	https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/11463
Trabalho Docente Na Rede Estadual De Ensino De Mato Grosso Do Sul (2008 A 2018)	Daniel Stockmann	Tese	2020	https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/4378

Título	Autor	Tipo	Ano da defesa	Link para o texto
A mobilidade espacial docente: uma análise da precarização do trabalho	Gleyce Assis Silva Barbosa	Dissertação	2020	https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=51275@1
Precarização das condições de trabalho docente na educação pública: análise à luz da teoria crítica frankfurtiana, barbarização e resistência	Nelma Roberto Gonçalves Mendes	Dissertação	2021	http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/4711
A precarização do trabalho docente no ensino superior: análise sobre as implicações do trabalho do professor designado na Universidade do Estado de Minas Gerais	Adelino Francklin	Tese	2021	https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/14348

Fonte: Elaborado pela autora

A seguir, para contextualização, são apresentados alguns apontamentos sobre cada um dos trabalhos selecionados.

Em **A Precarização do trabalho docente no Ensino Superior**: análise sobre as implicações do trabalho do professor designado na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Francklin (2021) investiga os impactos da contratação de um grande número de professores temporários na unidade de Passos da referida instituição. O autor busca evidenciar como as políticas neoliberais atingem a educação brasileira e se expressam nas políticas públicas voltadas para os docentes “pelo produtivismo, intensificação, flexibilização, sobrecarga de trabalho, trabalho invisível e elástico, bem como pela precarização.” (p.166). O estudo demonstra que os designados, professores temporários da UEMG, vivenciam a precarização do trabalho docente, pois ministram muitas disciplinas por semestre, muitas vezes desvinculadas de sua formação acadêmica, e recebem baixa remuneração em comparação com as praticadas por outras universidades estaduais.

Em **Trabalho docente na rede estadual de ensino de Mato Grosso do Sul (2008 a 2018)**, Stockmann (2020) apresenta um estudo dos mecanismos legais de valorização do trabalho docente, apontando que a implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB, 2007 e do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN, 2008) foram marcos nacionais relevantes para as políticas educacionais. O autor constata a adoção em âmbito estadual de um discurso que conduz à precarização do trabalho docente, enquanto em âmbito nacional eram instituídos mecanismos de valorização trabalhista como o PSPN de 2008. O estudo mostra como, apoiando-se no discurso da crise econômica-orçamentária, o governo do MS irá provocar a debilitação das novas regulações do trabalho, tanto por meio da política de remuneração, quanto pela intensificação do trabalho, tendo por justificativa “a necessidade de ajuste fiscal, eficiência e busca por resultados por meio da “qualidade total” (p. 8).

Vieira (2019), em **As reconfigurações do trabalho docente no século XXI: controle, intensificação e precarização do professor**, procurou responder em que medida, nas últimas três décadas, as formas como o capitalismo tem se reconfigurado, nomeadamente na reestruturação produtiva e nas reformas neoliberais, acarretaram "um aumento da intensificação, do controle e da precarização do trabalho docente do professor da educação básica no Brasil" (p. 13).

Piovezan (2017), em **As políticas educacionais e a precarização do trabalho docente no Brasil e em Portugal**, volta-se para o exame do processo de precarização do trabalho docente nas redes públicas de ensino desses dois países. A autora busca evidenciar que esse processo se deu em conjunto com a corrosão dos direitos trabalhistas de outras categorias de trabalhadores, sendo viabilizado pelas modificações nas legislações trabalhistas e pelas políticas educacionais que regulam o trabalho docente. O estudo aponta similaridades nas trajetórias dos dois países, que, apesar das singularidades dos acontecimentos em cada um, sofreram com Ditaduras, passaram por processos de redemocratização com a conquista de direitos sociais, políticos e trabalhistas, e, notadamente a partir da década de 1990, adotaram políticas neoliberais regressivas. Conclui que, em ambos os países, o trabalho dos professores nas escolas é afetado diretamente pela perda salarial, o aumento da jornada de trabalho, a flexibilização das relações contratuais, entre outros aspectos da precarização do trabalho docente (p. 16).

Em **Precarização das condições de trabalho docente na educação pública**: análise à luz da teoria crítica frankfurtiana - barbarização e resistência, Mendes (2021), com uma perspectiva crítica faz autorreflexão sobre o trabalho docente nos modos neoliberais de economia, procura responder “como a Teoria Crítica frankfurtiana contribui para resistir e confrontar os aspectos que caracterizam a precarização do trabalho e a barbarização na educação pública” (p. 9). A autora aponta para a necessidade de enfrentamentos contra as condições de trabalho docente precarizadas e construções ideológicas do neoliberalismo. Para tanto, se propõe a analisar o contexto atual orientada pelo conceito de Indústria Cultural, procurando compreender seus efeitos e poder de dominação sobre os sujeitos.

Na dissertação **A mobilidade espacial**: uma análise da precarização do trabalho, Barbosa (2020) examina o neoliberalismo e suas formas de precarização do trabalho, buscando evidenciar a mobilidade decorrente do acúmulo de empregos na busca por uma remuneração adequada, como um fator que potencializa as dificuldades que os professores enfrentam ao terem as condições de trabalho e direitos laborais corroídos.

Na dissertação **Neoliberalismo e educação**: a precarização do trabalho docente e da educação pública no estado de São Paulo, Neto (2019) investiga educação e a dinâmica de acumulação do capital no neoliberalismo, procurando compreender os impactos nas condições de trabalho docente e na qualidade da educação pública paulista, no recorte temporal dos 24 anos de governo do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB).

Na dissertação **Precarização do trabalho docente**: o caso do professor substituto do Centro de Ciência da Saúde da Universidade Federal da Paraíba, Torres (2019) analisa a deterioração do trabalho dos professores substitutos do Centro de Ciências da Saúde (CCS) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), demonstrando a presença do trabalho precário, flexível, intensificado dadas as condições do vínculo trabalhista, polivalência e aumento do ritmo em suas jornadas, levando ao comprometimento da saúde e qualidade do tempo social dos entrevistados.

Bernardes (2018), em sua dissertação **A precarização do trabalho docente na rede pública estadual paulista**, parte do conceito de trabalho em seus sentidos ontológico e histórico, localizando a docência como uma atividade de trabalho dotada de especificidades e, ao mesmo tempo, impactada pelas determinações gerais do

capitalismo. O autor identifica na base da degradação das condições de trabalho, corrosão da remuneração, fragilização das relações contratuais e aumento da exploração um conjunto de políticas orientadas pelo pensamento neoliberal implementadas pelo governo estadual.

Ramos (2017), em sua dissertação **Precarização do trabalho docente**: uma análise a partir da escola pública da cidade de São João de Meriti, examina documentos produzidos pela Secretaria Municipal de Educação dessa cidade e boletins do sindicato local da categoria. A autora constata que os normativos da secretaria estão alinhados aos interesses capitalistas na fase neoliberal, fazendo surgir diversas situações que precarizam o trabalho docente, acarretando o adoecimento dos profissionais da educação e a diminuição da qualidade de ensino ofertada pela prefeitura.

Em **A profissionalização docente no âmbito da formação continuada do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa**: da valorização à precarização do trabalho de professores, Silva (2017) examina a proposta formativa presente nesse Programa em sua relação com o modelo de profissionalização docente adotado no contexto da Reforma do Estado brasileiro.

A partir da leitura das obras adotadas como referencial teórico e das teses e dissertações selecionadas foi possível organizar cinco eixos de reflexão: 1) **As relações entre trabalho e educação**: no qual buscamos nos aprofundar sobre esse tema com base nos pensamentos de Antunes (2002, 2018), Kuenzer (2002, 2014), Ramos (2017) e Saviani (2007); 2) **As exigências do neoliberalismo**: em que se investiga a precarização do trabalho docente como fruto do capitalismo neoliberal. O neoliberalismo tem gerado novas exigências ao profissional docente ao mesmo tempo em que diminui direitos, intensifica o trabalho, impõe maior controle por meio de avaliações internas e externas e molda ao mercado o processo pedagógico em prejuízo da formação crítica; 3) **As relações público-privadas no campo da educação**: em que analisamos os processos de terceirização e outras formas de mascaramento da privatização; 4) **Dispositivos midiáticos a serviço da ideologia neoliberal**: onde investigamos o uso ideológico da mídia nos ataques à categoria docente; 5) **A importância da consciência de classe e da mobilização social**: em que nos detemos sobre as condições necessárias para que o docente construam uma ação de não conformação com a precariedade.

As reflexões desenvolvidas em cada um dos eixos, conforme apresentadas na próxima seção, buscam traduzir o entendimento mais amplo do trabalho e da educação em seus sentidos constituidores de humanidade, enquanto a lógica de exploração do capitalismo é colocada em marcha por meio de mecanismos que esvaziam esses sentidos, estabelecendo formas de desumanização.

2. TRABALHO E EDUCAÇÃO CONSTITUIDORES DE HUMANIZAÇÃO: CAPITALISMO MECANISMO DE ESVAZIAMENTO DE SEUS SENTIDOS

Educação e o trabalho são atividades que nos diferenciam dos outros seres vivos. São processos que nos humanizam. Mas o capitalismo, que “tudo esvazia” se apropriando de todos os recursos para o seu próprio crescimento, também se apropria da educação, transformando-a em produto e em processo reprodutor da dinâmica do capital. Para o capital, o professor é um mero fator de produção e os alunos, consumidores e também produtos. Considerando a dinâmica de mercado, caso o Estado mantenedor da educação pública e gratuita saia de cena, a educação mercadorizada passa a ser disponibilizada apenas aos que podem pagar.

2.1 As relações entre trabalho e educação

Saviani (2007), ao analisar as relações entre trabalho e educação, defende que estas são atividades especificamente humanas. O autor busca evidenciar essa relação intrínseca remontando à produção comunal primitiva, quando homens e mulheres utilizavam coletivamente os meios de produção, modificando a natureza para subsistência. Nesse processo “aprendiam a produzir sua existência no próprio ato de produzi-la. Eles aprendiam a trabalhar trabalhando. Lidando com a natureza, relacionando-se uns com os outros, os homens educavam-se e educavam as novas gerações” (SAVIANI, 2007, p. 152).

Para Antunes (2002), a partir do capitalismo, o trabalhador que já não age de forma direta na natureza, tem sua ação intermediada pela dinâmica do capital. Tal dinâmica produz um processo de estranhamento, que o autor traduz nas seguintes palavras: “O estranhamento, enquanto expressão de uma relação social fundada na propriedade privada e no dinheiro é a “abstração da natureza específica, pessoal” do ser social, que “atua como homem que se perdeu a si mesmo, desumanizado” (ANTUNES, 2002, p. 127). O trabalhador passa por um processo de reificação que o torna maleável para

suprir as necessidades do capital. Um trabalhador flexível, adaptado às condições mais cruéis de exploração.

Ramos (2017), assim como Antunes (2002), aponta que as configurações modernas do capitalismo desumanizam o trabalhador. Em relação ao profissional do magistério, afirma que "seu perfil moldado pelo neoliberalismo e legitimado por documentos e programas de reforma, os quais "desqualifica o trabalho docente, reduzindo o profissional a uma espécie de fator de produção, desumanizando seu trabalho." (RAMOS, 2017, p. 105)

Antunes (2002; 2018), Kuenzer (2002; 2014), e Freire (2022) evidenciam que o capitalismo é um sistema dinâmico, globalmente consolidado, com duas classes distintas: os donos dos meios de produção, seja de materiais ou de serviços, e os trabalhadores os quais só possuem sua força de trabalho. O capital aliena a produção do trabalhador, extraindo o seu valor, disponibilizando-o apenas uma pequena fatia da produção dos seus esforços, para ele poder se manter e procriar. Porém, em países subdesenvolvidos, a parte destinada ao trabalhador não é suficiente nem mesmo para se manter, o que cria uma extrema exploração por meio da precarização do trabalho.

Com base em Antunes (2002; 2018) e Saviani (2007), podemos compreender que o trabalho e a educação são atividades fundamentalmente integradas, que nos constituem humanos. Mas com a divisão social em classes, separam-se, fazendo que, ao longo da história da humanidade, nascessem múltiplas educações, com múltiplas finalidades.

Para Kuenzer (2002), a finalidade dos processos educativos no capitalismo, no sistema Fordismo-Taylorismo - sistema de produção em massa com controle de tempos e movimentos do trabalhador com o intuito de maximizar a produção - era formar o trabalhador com uma educação mínima. Para a execução de atividades com "pequenas variações". Muitas vezes, o conhecimento era adquirido por "curso de treinamento profissional e muita experiência, que combinavam o desenvolvimento de habilidades psicofísicas e condutas com algum conhecimento, apenas o necessário para o exercício da ocupação". (p. 84) Ao trabalhador só era exigido:

Compreender os movimentos e passos necessários a cada operação, memorizá-los e repeti-los em uma determinada sequência demandava uma pedagogia que objetivasse a uniformidade de respostas para procedimentos padronizados, tanto no trabalho quanto na vida social, ambos regidos por padrões de desempenho que foram definidos como adequados ao longo do tempo. (KUENZER, apud KUENZER, 2002, p. 84)

Já no contexto da acumulação flexível, o capital exige um outro tipo de trabalhador. Agora não basta um trabalhador repetidor de tarefas, mas um trabalhador que saiba dominar a teoria, capaz de se adaptar as novas demandas do trabalho, um trabalhador que tenha conhecimentos capazes de poder lidar com as máquinas informatizadas, um trabalhador intelectual e flexível. Como podemos ver passa a ser exigido do trabalhador:

(...) o desenvolvimento de habilidades cognitivas e comportamentais, tais como análise, síntese, estabelecimento de relações, rapidez de respostas e criatividade em face de situações desconhecidas, comunicação clara e precisa, interpretação e uso de diferentes formas de linguagem, capacidade para trabalhar em grupo, gerenciar processos, eleger prioridades, criticar respostas, avaliar procedimentos, resistir a pressões, enfrentar mudanças permanentes, aliar raciocínio lógico-formal à intuição criadora, estudar continuamente, e assim por diante. (KUENZER, 2002, p. 86)

Mas, apesar das mudanças nas exigências de formação do trabalhador, Kuenzer (2002) evidencia que não houve uma diminuição das desigualdades sociais. Pelo contrário, houve um aumento. Devido à ideia de custo zero, embora tenha ocorrido maior inclusão nos diversos níveis e modalidades da educação escolar, não houve aumento de investimentos suficiente para melhorar a qualidade da educação.

Esse processo, o qual a autora chamou de inclusão excludente, ou seja, a inclusão na escola por mais tempo, porém numa formação precária, que dificulta a formação para a autonomia ética e intelectual do trabalhador. Tal processo não permite que o trabalhador responda e supere as demandas do capitalismo que, na linguagem toyotista, requer um trabalhador flexível, apto a solucionar eventos imprevistos com competência, rapidez e eficiência, sempre atento às mudanças, atualizando-se e educando-se permanentemente (KUENZER, 2002).

Estudos da professora Kuenzer (2014), apontam que trabalhadores que não possuem o domínio teórico e sistematizado dos conhecimentos científico-tecnológicos e sócio-

históricos estão mais propensos a se submeterem a trabalhos precarizados. Mas por outro lado, aqueles, que desde o processo de escolarização básica são inseridos aos conhecimentos científicos, desenvolvem maior autonomia intelectual. Possibilitando ao trabalhador inserção mais qualificada “em pontos mais dinâmicos da cadeia produtiva” aumentando “o poder de negociação do trabalhador” e “suas possibilidades de qualificação continuada e progressão na carreira”. (KUENZER, 2014, pp. 24-25)

2.2 As exigências do neoliberalismo

Para Antunes (2002; 2018) e Kuenzer (2002), com a crise do sistema fordismo-taylorismo - sistema citado no capítulo anterior - de 1970, houve uma reestruturação capitalista, baseada no sistema toyotista ou de acumulação flexível. A reestruturação de acumulação flexível passa a se instalar no cenário público brasileiro a partir de 1990 através do neoliberalismo. O neoliberalismo é a aplicação das regras de mercado nas políticas de Estado, visando máxima eficiência, produção por demanda, intensificação do trabalho, maior controle do trabalhador e informatização das indústrias (substituindo o trabalho humano por máquinas informatizadas).

Antunes (2002) aponta o neoliberalismo como uma reestruturação capitalista de acumulação flexível, a qual possui um grande poder destrutivo, que dilapida os direitos trabalhistas, aumentando de forma devastadora o desemprego em uma escala monumental. Alterando “a relação metabólica entre homem e natureza, conduzida pela lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadorias, que destrói o meio ambiente em escala globalizada”. (ANTUNES, 2002, p. 164)

Para Antunes (2018), com a devastação dos direitos trabalhistas e diminuição dos empregos formais, “passou cada vez mais a se configurar de fato como superexploração da força de trabalho, além de aumentar o desemprego, ampliou enormemente a informalidade, a terceirização e a flexibilização da força de trabalho”. (p. 58)

Esse autor busca evidenciar que a devastação dos direitos trabalhistas se intensificou principalmente, após o impeachment da presidenta Dilma, com a aprovação, pelo governo Temer, da lei de terceirização do trabalho nas instituições públicas. Com esse mecanismo neoliberal, o Estado passa gradativamente a aderir de forma mais intensa

às ideologias mercadológicas como a meritocracia, o emprego por demanda, a intensificação do trabalho, a intensificação do controle do trabalhador e o pagamento por desempenho.

A pesquisa de Piovezan (2017) converge com as formulações de Antunes (2018) ao afirmar que, devido à crise estrutural da dinâmica do capital do final do século XX, ampliou-se a informatização industrial, aumentando significativamente o exército industrial de reserva, o que culminou na expansão da precarização. Nesse contexto, há a intensificação e flexibilização do trabalho com aumento das exigências, responsabilidades e tarefas do trabalhador.

Segundo Piovezan (2017), as mudanças nos modos de capitalismo flexível, influenciaram para novas formas de contratação e as relações de trabalho entre os docentes, modificando a atividade laboral e o modo de vida. Uma quantidade menor de trabalhadores passou a realizar uma quantidade maior de trabalhos, aumentando as horas extras e reduzindo os salários, intensificando o monitoramento diário da produtividade e engajamento individual do trabalhador, “em diversas profissões, o trabalho invadiu o tempo dedicado à vida particular dos trabalhadores, inclusive, dos profissionais da categoria docente”. (pp. 200-201)

Vieira (2019) aponta a reestruturação produtiva e o neoliberalismo como fatores que exercem “mais controle, mais intensificação e mais precarização das condições de trabalho”. (p. 14). A reestruturação produtiva surgiu caracterizada como categorias organizacionais, gerenciais e tecnológicas. Tal processo trouxe novas exigências e novas formas de gestão, entre elas o de maior controle por meio de avaliações, com cobranças intensificadas para o aumento da eficiência, eficácia e produtividade.

Além dos salários baixos e acúmulo de cargos, a terceirização também compromete a qualidade dos processos educativos, desde a Educação Básica ao Ensino Superior, criando novos modos de profissionalização. De acordo com Francklin (2021), ao analisar o caso dos professores designados da Universidade Estadual de Minas Gerais-UEMG, unidade de Passos, o ensino nessa unidade é comprometido, por falta de professores no início de ano letivo. Esse problema ocorre devido aos trâmites do Processo Seletivo Simplificado (PSS) para contratação de professores temporários demorarem.

Além disso, os professores ainda têm seus projetos de pesquisa e extensão interrompidos devido ao final do contrato. E, não raro, abandonam os contratos ou por encontrarem empregos mais qualificados, ou quando não conseguem conciliar outras atividades com as exigidas no contrato. Por diversas vezes, os alunos ficam sem a orientação necessária para desenvolver suas atividades acadêmicas. Outro problema apontado pelos professores designados é a distribuição de atividades. “Entre as insatisfações, consta a ausência de horas de encargos didáticos para a coordenação de estágio supervisionado, quando considerado componente curricular, e também para a coordenação de AACC¹” (FRANCKLIN 2021, p. 169)

Para Francklin (2021), além das condições precárias às quais os professores designados estão submetidos, precisam permanecer em constante processo de preparação para o PSS, os quais acontecem anualmente ou a cada dois anos. Comprometendo o preparo de aulas de qualidade e levando os designados a abdicarem de momentos de descanso e lazer, pois estão sempre produzindo para aumentarem capital científicos. “Deste modo, entendemos que as mudanças em suas práticas podem, com o tempo (haja vista que participam por anos de PSS), reconfigurar o seu *habitus* profissional, visto que priorizam o que é pontuado pelo PSS.” (p. 167).

Os discentes acabam desenvolvendo projetos com o tempo reduzido, pois, no ano seguinte, os orientadores podem não estar na UEMG devido ao PSS, comprometendo o aprofundamento em temas que exigem maior tempo de pesquisa. Segundo o pesquisador, se comparada a Educação Básica, o Ensino Superior sofre mais prejuízo com as interrupções dos contratos “pelo fato de que os professores conciliam as atividades de ensino com as de pesquisa, extensão e gestão.” (FRANCKLIN, 2021, p. 168)

Além do mais, com os contratos parciais, de apenas 20 horas, os professores designados precisam procurar outro trabalho, e ainda “não fazem jus à ajuda de custo, que representa uma remuneração considerável para estes docentes”. (FRANCKLIN, 2021, p. 166)

¹ Atividades Acadêmico-científico-culturais (FRANCKLIN, 2021, p. 9)

Segundo a percepção dos entrevistados pelo pesquisador, a remuneração dos professores designados da UEMG é inferior as que recebiam da antiga Fundação de Ensino Superior de Passos (FESP), que foi absorvida pela UEMG. Sem falar que agora o recebimento da remuneração é parcelado demonstrando um entendimento “que os professores designados passam por um processo de precarização do trabalho docente e também por uma auto intensificação do seu trabalho”. (FRANCKLIN, 2021, p. 167)

Para o autor, todos esses processos demonstram, que o estado não está preocupado com a qualidade do ensino, mas sim em cortar gastos, alinhado às políticas neoliberais, mantendo os professores em cargos temporários que deveriam estar preenchidos em cargos efetivos.

Outro estudo que, demonstra os processos de precarização docente no ensino superior, foi o de Torres (2019) quando afirma “os professores substitutos do CCS da UFPB vêm sofrendo sim, os processos de precarização do trabalho” (p. 98). Por muitas vezes acumulando contratos. Para a autora, esse acúmulo de vínculo empregatício gera uma intensificação do trabalho e os professores acabam levando trabalho para casa comprometendo seus momentos de não trabalho, de lazer e convívio com os familiares.

As entrevistas apontaram que a profissão de docente substituto não era inicialmente almejada entre os professores do CCS, sendo suas escolhas moldadas a realidade. Demonstrando ser a natureza do contrato o fator mais notável de precarização do trabalho, causando insegurança e instabilidade. Forçando os professores a contratarem mais de um vínculo empregatício. Apenas dois, dos 12 entrevistados, não possuíam outro vínculo além do CCS. “Isto se deve principalmente à questão financeira, pois, precisa complementar a renda e ao risco do contrato ser encerrado a qualquer momento e ficarem sem emprego”. (TORRES, 2019, pp. 98-99)

Seguindo a mesma lógica de Francklin (2021) e Torres (2019), porém na Educação Básica, para Barbosa (2020), devido as políticas de flexibilização do trabalho possibilitado por um regime legal e sistemas diferenciados de remuneração do trabalho entre as esferas administrativa. Para tentar compensar os salários baixos, os professores do estado do Rio de Janeiro precisam combinar dois ou mais contratos de trabalho para complementar a renda.

Muitas vezes, esses contratos são em escolas de municípios ou bairros distantes na Microrregião Metropolitana do Rio de Janeiro causando uma intensificação da mobilidade espacial por esses professores. Com isso temos uma dinâmica “que de um lado mascarou a pauperização do trabalho e de outro corroborou para o surgimento de diversos problemas de âmbito operacional, laboral e urbano, como o intenso fluxo espacial pendular interescolas.” (BARBOSA, 2020, p. 6)

Barbosa ainda ressalta que ao trabalhador precarizado é dificultado a mobilidade social, porém existe uma intensificação de mobilidade espacial, não por escolha, mas como condição para que os docentes consigam uma remuneração mais dignas a partir da venda da sua força de trabalho.

O que se tem hoje é que a lei populacional de Marx do exército industrial da reserva e o rebaixamento de salários deixa de ser o determinante para a mobilidade, como aponta Barbosa (2016) há diversas mobilidades, com diferentes motivações, para o lazer, estudo e outras. Porém, não se pode dizer que os docentes que se deslocam façam isso em total liberdade e que a necessidade de se deslocar para vender sua força de trabalho tenha desaparecido. Professores que trabalham em três ou mais escolas por dia certamente não se submetem a essa jornada por decisão própria sem nenhuma influência da necessidade. Desse modo, para além das categorias classificadas neste trabalho como precariados, apontamos aqui que aqueles que se deslocam frequentemente interescolas também se enquadram nesse grupo. (BARBOSA, 2020, p.176)

Com a construção conceitual de Barbosa (2020) podemos compreender que a mobilidade espacial se torna um fator de manutenção das desigualdades já que os professores que acumulam contratos de trabalho acabam enfrentado longos percursos, muitas vezes, em um sistema de transporte também precarizado. E por mais que os sistemas de flexibilização do trabalho aparenta proporcionar maior poder de escolha ao trabalhador, na verdade, esse sistema torna a dinâmica mais exaustiva.

Assim, temos a configuração atual das relações de trabalho combinada a um processo de fragmentação do espaço-tempo colaborando com significativas mudanças na organização, nos regimes de contratação e nas condições de trabalho. Isto acaba sucumbindo o trabalhador na forma de captação subjetiva, atingindo-o emocionalmente e fisicamente, como no caso de problemas de saúde, estigma, desinteresse, até que sua prática se torne alienada e sem valor. (BARBOSA, 2020, p. 177)

Nas construções de Francklin (2021), Barbosa (2020) e Torres (2019) podemos perceber, que com salários baixos e o aumento da flexibilização contratual, o acúmulo

de cargos passa a ser uma tendência das formas de precarização de trabalho docente no sistema de capital flexível.

Stockmann (2020) defende que o valor do salário do professor é muito relevante para a discussão do trabalho docente, “uma vez que reflete a compra do tempo livre do trabalhador e se manifesta como um dos indicativos de valorização.” (p. 14). Apontando que a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 o texto constitucional passou a influenciar para que as leis nacionais adotassem “critérios que tornem a carreira mais atraente, com a implantação de planos de carreiras onde não houvesse e a construção de um piso salarial decente.” (p. 19).

Porém com as políticas neoliberais que se intensificaram a partir da aprovação das “Emendas Constitucionais nº 95, de 15 de dezembro de 2016, e nº 77, de 18 de abril de 2017, a primeira do governo federal e a segunda do governo do estado.” (p. 20), as políticas de valorização da carreira docente poderiam ser inviabilizadas com resistência às políticas de valorização do trabalho docente.

Stockmann (2020) apontou também, que no recorte temporal da pesquisa, foram identificados dois momentos relevantes para o cenário da atual condição que o trabalhador docente enfrenta. Um primeiro momento, nos governos progressistas de Lula e Dilma, trazendo a esperança de valorização do trabalho docente entre os anos de 2007 à 2015, “e outro de crise e desesperança, que ocorre depois disso, com a ascensão de um governo ilegítimo e, posteriormente, a eleição de um extremista em 2018, derrotando o professor Fernando Haddad.” (p. 118)

O segundo momento passa a nortear uma sincronia maior entre as políticas nacionais e as adotadas em Mato Grosso do Sul, ou seja, a tônica é “contingenciar”, “reduzir” e “cortar”. Nesse sentido, os acontecimentos corroboram a hipótese inicial desta pesquisa, ou seja, ao serem construídos mecanismos de valorização trabalhista no âmbito nacional, como o Piso Salarial Profissional Nacional de 2008, no âmbito estadual, ainda que se pretendesse ampliar a remuneração adotando um piso salarial em 2013, em um segundo momento seu efetivo cumprimento foi sendo postergado. (STOCKMANN, 2020, p. 118)

Stockmann (2020) aponta que o descumprimento do Plano Estadual de Educação e na reconfiguração gradual do plano de cargos e carreira em vigor e Mato Grosso do Sul são indícios que as políticas neoliberais iriam gerar mais controle, intensificação e precarização do trabalho docente.

Bernardes (2018) revela a escola pública como um território de disputa de poder, na qual as políticas neoliberais têm criado modos de precarização do trabalho, gerando por exemplo, uma desvalorização salarial, pois apesar do trabalho docente ter suas especificidades, ele faz parte das categorias formadas a partir da dinâmica do capital.

2.3 As relações público-privadas no campo da educação

Ainda em 2002, Kuenzer já apontava a entrada da gestão privada no âmbito da educação, segundo a autora, algumas tendências de gestão toyotistas, para a pedagogia, já podiam ser percebidas nos discursos e nas práticas da gestão escolar “como o combate de toda forma de desperdício através das ferramentas de qualidade total ou a concepção do administrador escolar como “gestor de negócios”, através de uma reedição da dimensão empresarial da gestão escolar”. (KUENZER, 2002, p. 87)

Os estudos de Piovezan (2018) dialoga com o pensamento de Kuenzer (2002) ao afirmar que as escolas estatais aderiram aos princípios da administração gerencial. Segundo Piovezan passa a fazer parte do cotidiano escolar cobranças para eficácia e eficiência, aumento de produtividade, com número maior de aulas e de alunos, maior controle de avaliações externas, ao mesmo tempo que não houve melhorias no ambiente de trabalho.

Seguindo a mesma linha de pensamento, para Vieira (2019), o ambiente escolar passou a sofrer com a presença "onipotente" do mercado que vem determinando as políticas sociais e a própria sociedade. O professor precisou se adaptar às múltiplas exigências impostas pelo sistema moderno de capitalismo, pós fordismo-taylorismo, que “o tornam muito próximo do malabarista, como disseram os professores canadenses (TARDIF e LESSARD, 2008), e também o professor entrevistado.” (VIEIRA, 2019, p. 177)

É fundamental disciplinar o professorado para estas novas formas de capitalismo e de mercado, como diz o professor Frederico em sua entrevista, “a escola tem que entrar na padronização por conta das

avaliações e o professor também!”. Isso em alguma medida aconteceu e pode se intensificar ainda mais, diante das novas forças políticas que assumiram o governo federal. (VIEIRA, 2019, p. 178)

Torres (2019) também tem uma construção conceitual que conversa com as análises de Kuenzer (2002). Ao afirmar que, no Brasil, as políticas de flexibilização foram implementadas a partir da cultura gerencialista. Na qual os “organismos internacionais passam a reformular as políticas educacionais adequando-as às mudanças sociais, políticas e econômicas assim como políticas neoliberais com suas ideias de estado mínimo” (TORRES, 2019, p. 97). E podemos notar “em todas as partes os regimes de trabalho flexíveis, instáveis, intenso de longas jornadas e baixa remuneração” (p. 97)

Para Neto (2019), as manifestações neoliberais no estado de São Paulo, adotadas pelo governo de Dória, mostram a implementação de modelos educacionais alinhados com as grandes fundações educacionais como Ayrton Senna, Lemann e outras. Aumentando uma gestão baseada no controle e intensificação do trabalho docente. Usando “o Método de Melhoria de Resultados (MMR) na educação, estratégia oriunda das empresas que, seja na esfera pública ou privada, visa sobrecarregar o trabalhador ao mesmo tempo que exige dele melhores resultados.” (p. 103)

O estudo de Neto (2019) demonstrou que, para enraizar o neoliberalismo na educação, foram utilizadas quatro vias principais: “investimentos públicos na área; currículo oficial; condições de trabalho docente; avaliações e resultados educacionais”. (p. 100)

Para Silva (2018) a relação entre o público e o privado tem gerado o “empresariamento de novo tipo” (FONTES, *apud* SILVA, 2018), desenvolvendo uma nova gestão pública no campo educativo que se iniciou no século XIX:

Em consonância com Saviani (2009) – que identifica a direção ético-política da fração do empresariado organizado no Movimento Todos Pela Educação inserido nas ações do Ministério da Educação na ocasião da promulgação do Programa de Desenvolvimento da Educação (PDE) – demonstramos como as reformas educacionais levadas, a partir de então, pelos empresários, se articulam à agenda dos organismos internacionais com um propósito deliberado de canalizar e orientar a mudança educacional de acordo com os interesses da dominação externa, de modo que a ideologia dos países hegemônicos (especialmente os Estados Unidos) se converta na ideologia dos países dependentes. (SILVA, 2018, p. 135)

Segundo a referida autora, até 2017 a terceirização só era permitida em funções não relacionadas às atividades-fim do órgão ou empresa. Mas esse cenário mudou com a aprovação da Lei nº 13.429/2017 (BRASIL, 2017a), “intitulada de Lei da Terceirização, sancionada pelo presidente Michel Temer, que deverá aumentar, exponencialmente, o percentual de trabalhadores terceirizados nos próximos anos.” (p.101)

Para ela a aprovação da lei de terceirização se deu em um momento de recessão, com grave crise política e social que assolava o Brasil. Essa lei foi aprovada para “ampliar e flexibilizar ainda mais as possibilidades de terceirização e de contratação de trabalho temporário; sendo este o principal objetivo, e não uma regulação da terceirização conforme a propaganda governamental”. (SILVA, 2018, pp. 101-102)

Para a autora, no campo da educação já é possível notar, também, os efeitos da pejetização, que transforma o trabalhador em empresa e retira seus direitos trabalhista; e a urberização, sistema de compra e venda do trabalho por demanda, com a responsabilização dos riscos do trabalho ficando a cargo somente do trabalhador, isentando os que lucram a partir da exploração do trabalho. Conforme afirma Silva (2018):

Ao nos depararmos com a aprovação da Lei da Terceirização, Reforma Trabalhista e identificarmos algumas tendências crescentes no mundo do trabalho (terceirização, pejetização e uberização), vimos que estas transformações contemporâneas também buscaram se estender para os trabalhadores docentes do setor público nos anos de 2016 e 2017. Após notarmos as propostas de contratação de professores surgidas nestes anos, nos defrontamos com um enorme campo de trabalho mal pago e com uma tendência de transformação do trabalho docente em trabalho intermitente, com professores sendo contratados de acordo com as necessidades eventuais do poder público e arcando com a transferência de custos e riscos. (SILVA, 2018, p. 30)

Kuenzer (2002) já apontava para o processo que chamou de exclusão includente. Para essa autora surgia um movimento de excluir trabalhadores estáveis para incluí-los com menos direitos e salários reduzidos.

Do ponto de vista do mercado, os estudos que vêm sendo realizados permitem concluir que está em curso um processo que pode ser caracterizado como “exclusão includente”. Ou seja, no mercado identificam-se várias estratégias de exclusão do mercado formal, onde o trabalhador tinha direitos assegurados e melhores condições de trabalho, acompanhadas de estratégias de inclusão no mundo do trabalho através de formas precárias.

Assim é que trabalhadores são desempregados e re-empregados com salários mais baixos, mesmo que com carteira assinada; ou reintegrados ao mundo do trabalho através de empresas terceirizadas prestando os mesmos serviços; ou prestando serviços na informalidade, de modo que o setor reestruturado se alimenta e mantém sua competitividade através do trabalho precarizado. (KUENZER, 2002, p. 92)

A partir dos estudos dos referenciais teóricos e da análise dos trabalhos acadêmicos selecionados, podemos perceber que a terceirização avançou também na área da educação, inclusive atingindo atividade docente. Se fossemos nos basear pela letra da lei constitucional nos artigos 205 e 206, ao afirmarem que a educação é um direito de todos e que o ensino será ministrado com base nos princípios de igualdade de acesso e condições de permanência na escola, poderíamos depreender que a educação é uma atividade-fim do Estado.

Porém, no campo dos embates do reconhecimento da educação como um direito, duas questões têm se colocado de forma mais incisiva: quem é o sujeito desse direito e qual o papel do Estado na garantia dessa oferta. A Emenda Constitucional nº 59, de 2009, ampliou a obrigatoriedade da oferta pública para garantia do direito à educação para as crianças a partir dos 4 anos e os jovens até 17 anos, delimitando com essa fórmula os sujeitos de direito e o papel do Estado. Porém, tal reconhecimento não significa que o Estado brasileiro tenha incluído a oferta educacional entre suas atividades-fim. No ideário neoliberal, seriam atividades-fim aquelas exclusivas do Estado: legislar, regular, controlar, fiscalizar e investigar. As atividades relacionadas à garantia dos direitos sociais não se encontram entre elas.

A partir das construções de Torres (2019), Neto (2019) e Silva (2018) percebemos que, com a nova lei de terceirização, a flexibilidade para a contratação de professores temporários e as ideias mercadológicas sendo imposta no campo educacional. A educação é transformada em produto, reforçando o interesse de organizações nacionais e internacionais como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Banco Mundial, Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) e as “parcerias” como fundação Lemann, Roberto Marinho, entre outras.

Silva (2017), professora da Educação Básica, devido se sentir excluída da formulação do Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), utilizou sua própria experiência para iniciar suas pesquisas de mestrado. A professora relata, em sua

pesquisa que, no primeiro encontro formativo do PNAIC, recebeu as orientações gerais sobre a operacionalidade da formação, recebeu o pagamento da bolsa e os cadernos formativos. Recebendo ainda, as expectativas da aplicação da Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA), que seria aplicada no ano seguinte aos alunos do 3º ano.

De posse dos cadernos de estudos, observei muitos recortes nas discussões teóricas que deveriam ser mais debatidos entre os professores; senti falta de um espaço para os professores emitirem suas opiniões sobre a operacionalidade da formação, sobre determinadas temáticas e sobre a condução das atividades para os encontros seguintes. (SILVA, 2017, p. 15)

Segundo o entendimento da professora, existe uma nova construção de modelo de profissionalização do docente, no âmbito da Reforma do Estado. Configurando a identidade docente para a “obediência a regras e pela necessidade de alcançar metas, ambas estabelecidas fora do contexto escolar.” (p. 162) As observações da professora também convergem com Kuenzer (2002), ao afirmar que já é possível notar nos “sistemas de ensino e das escolas públicas, práticas de gestão empresarial – avaliação de desempenho, prestação de contas, captação de recursos, monitoramento, alcance de metas e outros da mesma natureza.” (SILVA, 2017, p. 162)

Nessa perspectiva, Silva (2017) defende que uma “educação e formação que têm como horizonte a emancipação social, intelectual e moral do ser humano” (p. 162) fica ofuscada pelas políticas socioeconômicas adotadas pelo Estado. E segundo a análise da autora, o PNAIC está alinhado às políticas das reformas de Estado, nas quais retira do professor “a função de selecionar conteúdos curriculares, verificar as metodologias mais adequadas”. (p. 163)

Para Silva (2017), o novo profissional docente já não possui autonomia para avaliar o processo e o resultado do seu trabalho. Pois a formação docente, proposta em programas como o PNAIC, já traz, em sua formulação, um currículo pronto determinado pelas avaliações externas.

(...)um currículo definido para alfabetizar e letrar os alunos, assim como um modelo de avaliação estruturado e infalível, além de que a formação continuada está lhe ensinando as “melhores” formas para trabalhar com a Alfabetização e o Letramento. (SILVA, 2017, p. 163)

Ainda sobre as políticas neoliberais, Neto (2019), destaca que todo esse processo acaba influenciando para uma educação sem qualidade. O qual compromete “o desenvolvimento intelectual e educacional dos jovens das camadas mais pobres da população que frequentam as escolas públicas, ou ainda, dos filhos dos trabalhadores que, em grande parte, irão compor, futuramente, o precariado.” (NETO, 2019, p. 100)

Dessa forma, a partir das construções conceituais encontrados por esta pesquisa, é possível perceber que práticas docentes são capturadas pelo capital e transformadas em mercadorias que movimentam um grande mercado educacional. As organizações nacionais “parceiras” se alinham com as políticas das organizações reguladoras internacionais, que ao se apropriarem dos processos educativos “inovadores” passam a se apresentarem como os vendedores da salvação da educação. E a educação assume a finalidade de formar o aluno para avaliações externas, delimitadas por organizações alinhadas com as políticas de mercado.

2.4 Dispositivos midiáticos a serviço da ideologia neoliberal

A partir deste estudo, podemos compreender, que com a implementação do sistema de acumulação flexível, aumenta a quantidade de trabalhadores sem emprego. Aumentando a demanda por um Estado interventor. Entretanto o Estado também não consegue arcar com direitos sociais a esses trabalhadores os quais não foram absorvidos pelo sistema Toyotista. Mas, ao invés de haver uma reflexão sobre o sistema capitalista e seus problemas, os beneficiados pela dinâmica do capital (os donos dos meios de produção), culpabilizam o Estado de ineficiente e aponta o gerencialismo como solução, o que acaba influenciando nas políticas de estado.

Com as implementações neoliberais no âmbito público, os grandes beneficiados usam a mediação midiática como aparelho ideológico alienante. Para entender a mediação midiática:

Mediação midiática - No escopo deste trabalho, é a mediação especializada, técnica, feita por profissionais de comunicação na mídia, seja ela impressa, TV, rádio ou Internet. A mídia neste caso também empresta seu capital simbólico à informação que medeia. (CARIBÉ, 2019, p. 26)

O estudo de Mendes (2021) demonstra que a sociedade atual vem passando por transformações construídas historicamente, porém não perde a sua essência ideológica. “Neste cenário, a educação vivencia em seu desenvolvimento as

consequências da Indústria Cultural cujo objetivo central é a mercantilização, o lucro e a coisificação dos sujeitos”. (MENDES, 2021, p 9)

Segundo Antunes (2018) a classe trabalhadora no capitalismo flexível é diferente de outros momentos do capitalismo. O precariado se constitui em uma classe “mais desorganizada, oscilante, ideologicamente difusa e, por isso, mais vulnerável, mais facilmente atraída por “políticas populistas”, suscetíveis de acolher inclusive apelos “neofascistas””. (p. 60)

As pesquisas de Neto (2019) demonstram que o campo da educação vem sofrendo com ideologias conservadoras de políticos como Bolsonaro, então Presidente da República, na época da pesquisa. Defendendo uma escola neutra, a Escola Sem Partido. Mas na verdade “o Presidente revela seu próprio viés ideológico e alinhamento com o pensamento conservador, tendo a educação no centro da discussão.” (NETO, 2019, p. 103)

Nas eleições de 2018, a categoria docente foi muito atacada pelo então candidato Bolsonaro. Ele dizia ser defensor de uma escola sem partido. Acusando os professores de estarem alinhados a políticas de esquerda para erotizar as crianças. Usando falácias sobre educação sexual e causando confusão sobre uma suposta ideologia de gênero que visava destruir a família.

De acordo com o Sudaña (2020, em reportagem do G1), A Escola sem Partido foi “criado para combater uma suposta doutrinação de esquerda nos colégios, esse movimento ganhou fôlego ao abraçar a chamada "ideologia de gênero". Mas segundo o colunista o termo “Ideologia de Gênero” nunca foi utilizado por educadores. Mas sim, entre documentos religiosos e por políticos que se diziam combater essa suposta ideologia.

No ano de 2018, em entrevista ao Jornal Nacional, dos candidatos à Presidência da República. Bolsonaro atacou a categoria docente em rede nacional. Na ocasião o então candidato usou um livro sobre aparelho reprodutor - que segundo reportagem do Jornal O GLOBO, o livro era francês e direcionado a jovens e adolescentes - como se fosse um livro usado na Educação Infantil. Causando grande desconfiança na população em relação aos professores em sala de aula. Com o discurso da escola neutra, pela pátria, Deus e família, Bolsonaro venceu as eleições.

Em 1996, Paulo Freire já denunciava que não deveríamos acreditar em tudo que ouvíamos, mesmo que tenhamos ouvido no noticiário televisivo das vinte horas.

O poder dominante, entre muitas, leva mais uma vantagem sobre nós. E que, para enfrentar o artilheiro ideológico de que se acha envolvida a sua mensagem na mídia, seja nos noticiários, nos comentários aos acontecimentos ou na linha de certos programas, para não falar na propaganda comercial, nossa mente ou nossa curiosidade teria de funcionar epistemologicamente todo o tempo. E isso não é fácil. Mas, se não é fácil estar permanentemente em estado de alerta é possível saber que não sendo um demônio que nos espreita para nos esmagar, o televisor diante do qual nos achamos não é tampouco um instrumento que nos salva. Talvez seja melhor contar de um a dez antes de fazer a afirmação categórica a que Wright Mills se refere: “É verdade, ouvi no noticiário das vinte horas.” (PAULO FREIRE, 2022, p. 137)

Bolsonaro atacava constantemente as ideias Freirianas, o que era esperado, visto que, atrás de suas ideologias morais, se esconde uma agenda neoliberal que aniquila os direitos trabalhistas. Segundo o G1 “o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro foi o que mais contratou servidores temporários nos últimos anos. Foram 683.668 contratações.” O Ministro da Economia de Bolsonaro, Paulo Guedes, também defendia a diminuição de servidores efetivos. Podemos perceber pela reprodução da fala de Guedes em reportagem do G1:

“Grande notícia: 50% do funcionalismo público se aposenta nos próximos cinco anos. A primeira coisa, concursos públicos. Trava esse negócio aí. Quero saber por que precisa, tem que ver os atributos”, declarou o ministro à época. (CASSELA 2023, em reportagem do G1)

Além de travar os concursos públicos e aumentar o número de contratação de temporários, a agenda neoliberal na educação brasileira, do ex-presidente Bolsonaro, também apoiava as ideias de Guedes.

Segundo BRANT E CARAM (2020 em reportagem do G1 de 20/07/2020), “Governo quer R\$ 6 bilhões do Fundeb para bancar 'voucher-creche' no setor privado”. Os autores salientam que Guedes defendia pegar 5% do FUNDEB para pagar auxílio de R\$ 250 para beneficiários do novo Bolsa Família. Podendo ser usado na rede privada de ensino. Que segundo o então ministro, “o pai poderia escolher onde iria matricular seu filho”. Entretanto com um olhar mais crítico, essa seria uma ação para isentar o Estado

de ampliar a rede de oferta de creche pública, e ainda beneficiar a mercantilização da educação.

Os 5% de recursos que seriam deslocados para o Renda Brasil representam um montante de aproximadamente R\$ 8 bilhões ao ano. Estimativas do Ministério da Economia apresentadas à Folha apontam que seria possível atender 2 milhões de crianças com uma verba anual de R\$ 6 bilhões. (BRANT E CARAM, 2020)

Segundo a nossa Constituição Federal, a educação deve ser pública, laica e de qualidade. No meu entendimento, pública, pois é financiada por todos, laica para acolher a todos, sem restrições de credos, raça, classe social ou corpos diversos, e de qualidade para possibilitar o processo de humanização através dos processos educativos.

Daí a importância de uma educação crítica. Para ensinar, aos alunos e trabalhadores, o que está por trás das ideias de senso comum. Ideias difundidas através dos dispositivos midiáticos, programas televisivos, youtuberes, programas religiosos, perfis de venda de estilo de vida, propagandas de venda de bens e serviços através da mediação algorítmica.

Mediação algorítmica - É um sofisticado processo de mediação tecnológica da informação, implícita, não humana, que usa um enorme volume de dados do indivíduo para entregar-lhe informação sob medida, e ou por interesse de terceiros.

A mediação algorítmica é um processo tecnológico, que atua nas três formas de mediação anteriores, por pares, ao definir quais pares irão interagir, ou qual informação publicada por um deles será vista pelos outros. Midiática ao fazer a curadoria das informações a ser entregue ao indivíduo. Técnica, porque também determina, através de práticas de usabilidade, o nível de visibilidade da informação (...). (CARIBÉ, 2019, p. 26)

Esses dispositivos também são usados para a propagação ideológica que a educação privada é sempre de maior qualidade que a educação pública. Criando um sentimento que a privatização dos serviços públicos seria uma solução. Causando maior aceitação popular diante do sucateamento da educação pública.

Discutir o papel das mídias neste contexto implica pensar as relações de poder envolvidas, a necessidade de transparência informativa, a representatividade social e cultural de alguns setores da sociedade e o estabelecimento de políticas culturais que possam impulsionar outros tipos de produção midiática e de interações que favoreçam alternativas aos mercados

globalizados em função de interesses públicos e de processos educativos e formativos. (FANTIN, 2007, p. 2)

Paulo Freire (2022), alerta que a educação é ideológica, e “só ideologicamente posso matar ideologias”. (p.129) No meu entendimento significa que ideias se combatem com ideias. Se por um lado, as políticas neoliberais nos alienam, o professor, com seus processos educativos, deve ter como intencionalidade descortinar essas alienações. Se o educador não estiver vigilante e atento às artimanhas do capital, a escola pode acabar ficando à disposição de uma ética de mercado, se desvinculando da ética universal de humanização. Por isso é importante compreender que existem múltiplas educações e múltiplos trabalhos, e dependendo das finalidades que atribuímos a eles, esses podem conduzir a um processo de desumanização.

Por esse viés, a gestão da educação básica pública transcorre produzindo ideologias, distorcendo a realidade de opressão, exploração, desapropriação, encarceramento etc. que os alunos e suas famílias vivenciam. É a forma social capitalista produzindo mecanismos que permitem distorcer sua existência no interior do seu próprio funcionamento, através de diferentes discursos que se combinam, de acordo com as condições sociais, para produzir um complexo discurso. A educação é afirmada como uma das principais vias de enfrentamento dos problemas sociais. Como se dotá-la de “eficiência” fosse, por si só, capaz de solucionar os problemas intrínsecos à forma social capitalista. (RAMOS, 2017, p. 18)

2.5 A importância da consciência de classe e da luta social

Bernardes (2018) afirma que a docência, apesar de estar inserida no modelo geral de formação da força de trabalho é a atividade que produz escolarização e prepara os trabalhadores para o mercado. Estando sujeito as abstrações que a sociedade cria. Apesar de não produzir mercadoria efetivamente, pelo sistema capitalista, acaba sendo entendido com produto e produtor de subjetividades para o mercado. (pp. 74-75)

Para Vieira (2019) o controle e intensificação do trabalho docente acabam aumentando a necessidade de os professores se posicionarem com lutas mais acirradas pela educação pública e pelos seus próprios direitos profissionais.

Ramos (2017) ao fazer sua pesquisa procura criar um material que ajude a refletir não só a situação da precarização da educação e do trabalho docente, mas compreender

quais os fatores que causam esses fenômenos. Pois segundo suas observações nas escolas por onde trabalhou, nas reuniões escolares “discutem-se os problemas, que já estão colocados na realidade, mas não se problematiza porque eles existem na atual conjuntura”. (p. 9)

Questões como avaliação; mérito; metas; sobrecarga com turmas complexas; burocratização do trabalho docente, que acaba por incorporar o trabalho domiciliar; competitividade; enfraquecimento do sindicato; surgimento de novas categorias de trabalhadores, sobretudo, os temporários; pouco apoio à qualificação; falta de incentivo à pesquisa; baixos salários; falta de materiais; descumprimento de prazos para pagamentos de salários e outras remunerações são ações da máquina administrativa pública que vão sendo tecidas com a aparência de naturalidade, mas que caracterizam a precarização do trabalho docente, culminando com a educação sendo atendida com pouca qualidade. (RAMOS, 2017, p. 09)

Ramos (2017) afirma que, as instituições públicas com inserção do pensamento das empresas privadas em áreas como educação, causam maior exploração e dominação social e acabam reduzindo a ação do professor. Dificultando uma educação para a conscientização sobre as relações sociais capitalistas e o como esses se apresentam nos contextos nos quais alunos e professores estão inseridos. Porém, segundo a autora: “O que importa é ir adiante, se apropriando significativamente dessa luta pela superação da sua atual condição de desvalorização e aniquilação da educação emancipatória”. (p. 106)

Neto (2019) ressaltou a importância de políticas para o fortalecimento dos sindicatos dos profissionais e de movimentos estudantis:

Portanto, é urgente a organização política de uma frente democrática da educação composta pelas mais diversas entidades progressistas atuantes na educação como a APEOESP (sindicato dos professores de São Paulo) e outros sindicatos dos profissionais da educação, o movimento estudantil com suas diversas siglas além de políticos e militantes que defendem a educação pública enquanto prática da liberdade, que almejam uma educação emancipatória(...) (NETO, 2019, p. 107)

Para Piovezan (2017) a categoria docente tem continuado suas lutas por seus direitos, tanto em Portugal como no Brasil, “(...) nos dois países, a categoria docente não desistiu da luta contra o processo de precarização do seu trabalho e mobilizou inúmeras assembleias, paralisações, manifestações e greves”. (p. 201). Com essas lutas, conseguiram conquistar alguns direitos após os anos 1990, porém o processo

de precarização tem aumentado. A autora declara ainda que as mudanças nas leis trabalhistas em Portugal e no Brasil, são influenciadas pelas agências multilaterais, apesar de suas especificidades econômicas essas mudanças causam a corrosão dos direitos trabalhistas do docente gerando uma precarização da educação que prejudica diretamente a educação oferecida para as crianças e para os jovens.

Para Piovezan (2017) os docentes precisam continuar a luta pelos seus direitos mobilizada com a luta pela educação pública, pois as lutas da categoria conseguiram “(...) a aprovação do piso salarial, em 2008, e o fim das avaliações, por meio da observação de aulas, dos docentes portugueses em 2010.” (PIOVEZAN, 2017, p. 203)

Mendes (2021) aponta que a sociedade se subordina a cultura, e a cultura está inserida em valores mercadológicos e, nesse contexto, a cultura mercadológica também influencia no campo da educação, porém o docente da educação pública pode analisar criticamente “aspectos legais, sociais e políticos e, ao mesmo tempo, buscando estabelecer o confronto e a superação da condição precarizada e barbarizada em que se encontra no trabalho educacional.” (MENDES, 2021, p. 11).

Para Mendes (2021) “os profissionais da escola pública devem se constituir em grupos de resistência à realidade reificante atual”. (p. 101) E para isso a formação do docente deve levar ao conhecimento crítico das consequências das políticas neoliberais na carreira como: “aumento da jornada de trabalho, baixa remuneração, terceirização, instabilidade, perda de direitos trabalhistas anteriormente conquistados, culminando até no adoecimento.” (p. 102) Como conclusão, o autor defende que a educação deve ser pensada para superar a visão mercadológica conduzindo “o sujeito no sentido contrário à lógica do consumo e do lucro, segundo a Indústria Cultural.” (p. 101)

Para Silva (2017) os processos de formação humana estão sendo controlados pelo capital para manter sua hegemonia, desde a Educação Básica até o Ensino Superior para ter domínio sobre o mercado de trabalho. Mas ela reforça que “as forças sociais necessitam do poder transformador da educação para transcender essa lógica capitalista de concentração de riquezas à custa do aumento da pobreza.” (p. 163)

Por isso, Silva (2017) argumenta que processos formativos são importantes, e devem ser entendidos como uma forma de defender o direito dos professores e da educação, sendo uma forma de resistir a desprofissionalização. Lutando pela valorização e

qualificação do trabalho educativo. Em uma luta contra “a precarização do trabalho docente e resgatar o controle sobre a natureza e a especificidade da educação, no sentido de garantir a valorização social da profissão docente.” (p. 166)

São árduos os caminhos, mas as possibilidades existem, pois a partir do momento em que os professores conscientizarem-se do potencial existente na produção e mobilização de saberes, na socialização e na colaboração, eles terão condições de modificar o modus operandi da formação e desvinculá-la do objetivo macro de treinar e aperfeiçoar os professores para preparar alunos para avaliações externas e lutar por uma verdadeira qualidade na educação que não limite-se a dados quantificáveis. (SILVA, 2017, p. 166)

Barbosa (2020) salienta que a captura capitalista é imperfeita o que possibilita ao trabalhador, através da indignação aos modos de trabalhos, lutar por condições melhores. Mas para isso é importante que existam estudos que denunciem as situações crescente de precarização do trabalho, mas também é importante, estudos que retomem a momentos que, apesar do capitalismo, foi possível o ganho de direitos. “Portanto, faz-se urgente pensar em saídas para o mundo do trabalho e para a vida urbana, pois é preciso conhecer as contradições, inventar possibilidades e transformá-las.” (p. 178)

Para Bernardes (2018), por suas especificidades, o trabalho docente se mostra muito importante para a ruptura ou para a manutenção do sistema capitalista.

Torres (2019) salienta que sua pesquisa pretende servir de auxílio para a compreensão dos professores sobre a precarização do seu trabalho. Para que possa “ser lançado um olhar mais cuidadoso em relação aos impactos dos aspectos precarizadores do trabalho docente conscientizando os professores de sua importância como protagonistas na condução de uma educação de qualidade.” (p.101)

Em sua pesquisa, Stockmann (2020) também afirma a necessidade da luta social:

(...)restam poucas opções a não ser a mobilização da classe trabalhadora e, em especial, da categoria docente. O momento é de união de todas as forças progressistas pela educação pública, gratuita e universal. (STOCKMANN, 2020, p.119)

Francklin (2020) por sua vez elenca algumas alternativas possíveis para o enfrentamento as políticas neoliberais na educação, entre ela, “a atuação mais incisiva das representações sindicais, o empenho da Reitoria da UEMG e de representações

políticas no estado de MG e a conscientização da comunidade acadêmica sobre essa demanda”. (p. 175)

Podemos notar que Barbosa (2020), Bernardes (2018), Francklin (2021), Mendes (2021), Neto (2019), Piovezan (2017), Ramos (2017), Silva (2017), Stockmann (2020), Torres (2019) e Vieira (2019) convergem com a ideia de Antunes (2018). Para o autor, é necessário resgatar o sentimento de pertencimento da Classe trabalhadora.

Nesse sentido, a organização do sindicato se mostra imprescindível, principalmente diante do cenário das políticas neoliberais, que causam a precariedade do trabalhador. Ressalta que os desafios são inúmeros, por isso é necessária a adoção de uma “organização e luta que considere a nova morfologia assumida pelo trabalho no capitalismo contemporâneo.” (p. 155)

É urgente que as entidades representativas dos trabalhadores rompam com a enorme barreira social que separa os trabalhadores “estáveis”, em franco processo de redução, daqueles submetidos às jornadas de tempo parcial, precarizados, subproletarizados, em significativa expansão no atual cenário mundial. Há também o desafio de articular uma efetiva dimensão de classe, no sentido amplo de classe trabalhadora, em sua nova morfologia, articulando-a com outras dimensões decisivas, como a de gênero, a geracional e a étnica. (ANTUNES, 2018, pp. 155-156)

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a adesão às políticas neoliberais pelo Estado brasileiro, foi se constituindo, gradativamente, uma rede sujeita às vontades do mercado. Este, cada vez mais, interfere nas formulações de políticas públicas de forma verticalizada, antidemocrática, desconsiderando as verdadeiras necessidades da classe trabalhadora, precarizando o trabalho em geral, e em particular o trabalho docente, empobrecendo a educação.

A precarização do trabalho docente se manifesta da Educação Básica até o Ensino Superior, intensificação do trabalho, controle do processo pedagógico por meio de avaliações, baixos salários e reestruturação das carreiras dos professores, aumento expressivo de contrato temporário e outros tipos de contratação, via terceirização trabalho intermitente, entre outras formas de deterioração.

Como defendido por Kuenzer (2014), podemos perceber que uma educação de qualidade, embora não seja suficiente para romper com o sistema capitalista, pode auxiliar o trabalhador a ter maior capacidade de negociação na dinâmica do capital, e conseguir se engajar em empregos mais qualificados e com melhores salários. Todas as produções acadêmicas estudadas, Barbosa (2020), Bernardes (2018), Francklin (2021), Mendes (2021), Neto (2019), Piovezan (2017), Ramos (2017), Silva (2017), Stockmann (2020), Torres (2019) e Vieira (2019), apontam para o fato de a precarização do trabalho docente atingir a qualidade da educação pública como um todo, dificultando o acesso à educação de qualidade para os filhos dos trabalhadores.

Porém, os estudos demonstram que, apesar de estarem inseridos em relações sociais capitalistas, que constitui a profissão docente, a partir das contradições do próprio capital, o professor com uma formação política é capaz de se mobilizar junto com sua categoria e classe, na luta por seus direitos e pelo direito de uma educação de qualidade.

As produções estudadas demonstram que, através de lutas organizadas pela categoria docente, houve algumas garantias de direitos. Mesmos após as políticas neoliberais serem implementadas. Reforçando a importância da organização da categoria pela luta por valorização do trabalho com salários justos, ambiente e carga de trabalhos dignos e por uma educação de qualidade.

O estudo realizado permitiu compreender como os docentes brasileiros estão inseridos em um cenário educacional tomado pela lógica mercadológica. Com leis que corroem os direitos trabalhistas, mesmo os docentes estatutários já sentem os efeitos das políticas neoliberais. Nesse cenário, a categoria docente necessita se reconhecer como classe trabalhadora, para se articular na luta por salários dignos, carga horária que possibilite a formação continuada, tempo livre e saúde, ao mesmo tempo em que luta por uma educação com a intenção educar para autonomia, formando sujeitos na direção da emancipação humana.

O capitalismo é desumanizante e visa nos transformar em mercadorias, expostas na prateleira de quem paga menos. Pensando nesse movimento de desumanização do capitalismo, podemos nos perceber em uma “guerra ideológica”. O trecho da minha epígrafe, “É um monstro grande, pisa forte” representa bem a figura do neoliberalismo

contra a educação da classe trabalhadora e principalmente contra a categoria docente.

A canção “Eu só peço a Deus” de Leon Gieco interpretada por Mercedes Sosa, que antes eu cantava como uma oração, ganhou um sentido epistemológico para mim, pois percebi que ela representa uma luta contra uma guerra. Uma guerra que usa as ideologias da classe dominante para aniquilar os direitos humanos, que visa sugar ao máximo da classe trabalhadora visando apenas retroalimentar o sistema cruel do capitalismo, beneficiando uns poucos e tornando desumana a vida de milhões.

Parafrazeando Kuenzer (2014), mesmo nas relações sociais capitalistas, os professores podem ser resistência nos espaços educacionais atuando nas brechas, contradições e possibilidades. Com comprometimento para uma formação humana. Mantendo, em função da realidade vivenciada, a intenção de contribuir para uma colocação mais qualificada, em pontos mais dinâmicos da cadeia produtiva, da classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho**. 8ª edição. 2002. EDITORA DA UNICAMP Copyright O by Ricardo Antunes. Impresso no Brasil-fevereiro 2002.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BARBOSA, Gleyce Assis da Silva. **A mobilidade espacial docente: uma análise da precarização do trabalho**. Orientador: Profa. Rejane Cristina de Araujo Rodrigues. 2020. 196 f. Dissertação de mestrado. Departamento de Geografia e Meio Ambiente do Centro de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=51275@1> . Acesso em: 08/04/2023

BERNARDES, Adilson Toledo. **A Precarização do Trabalho Docente na Rede Pública Estadual Paulista: possibilidades de uma análise territorial**. Orientador: Profª. Drª. Léa Francesconi. 2018. 195 f. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2018. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-23072019-154906/pt-br.php> . Acesso em: 08/04/2023

BRANT, Danielle e CARAM, Bernado. Governo quer R\$ 6 bilhões do Fundeb para bancar 'voucher-creche' no setor privado - 20/07/2020 - Educação - Folha (uol.com.br) < <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/07/governo-quer-r-6->

bilhoes-do-fundeb-para-bancar-voucher-creche-no-setor-privado.shtml> - Retirada da internet em 18/06/2023 às 16:19

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2020]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm - Acesso em 08/07/2023

BRASIL, Lei nº 13.467/2017. Brasília, DF: Presidente da república, 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2015-2018/2017/Lei/L13467.htm - Acesso em 26/07/223

BRASIL, Lei nº 13.429/2017. Brasília, DF: Presidente da república, 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ ato2015-2018/2017/lei/l13429.htm - Acesso em 26/07/2023

CARIBÉ, J. C. R. Algoritmização das relações sociais em rede, produção de crenças e construção da realidade. 2019.151p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) –Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro,2019.

CASSELLA, Vinicius. Vagas abertas pelo governo para concursos federais. 2023. Disponível em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/06/18/vagas-abertas-pelo-governo-para-concursos-federais-sao-recorde-desde-2014.ghtml> - Retirada da internet em 18/06/2023 às 15:00

CHAUÍ, Marilena Título: O que é ideologia Revisor: José E. Andrade Data da Digitalização: 2004 Data Publicação Original: 1980

FANTIN, Mônica. ALFABETIZAÇÃO MIDIÁTICA NA ESCOLA. Trabalho apresentado no Seminário VII Seminário “Mídia, Educação e Leitura” do 16º COLE, Campinas, 10 a 13 de julho de 2007.

FRANCKLIN, Adelino. **A precarização do trabalho docente no ensino superior: análise sobre as implicações do trabalho do professor designado na Universidade do Estado de Minas Gerais**. Orientador: Prof^a. Dr^a. Maria Cristina da Silveira Galan Fernandes. 2021. 214 f. Tese doutorado – CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS-MG. São Carlos-MG. 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/14348> Acesso em: 08/04/2023

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia saberes necessários à prática educativa. 72ª edição. Paz e Terra. Rio de Janeiro. 2022.

KUENZER, Acácia Zeneida, *et al.* Educação profissional: desafios e debates [recurso eletrônico] – Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. – (Coleção formação pedagógica; v. 1).

KUENZER, Acacia Zeneida. Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e

trabalho. In LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José Luis (Org.). *Capitalismo, trabalho e educação*. Campinas, SP: Autores Associados, 2002. 163 p. (Educação contemporânea). ISBN 8574960535. pp 77-96

MENDES, Nelma Roberto Gonçalves. **Precarização das condições de trabalho docente na educação pública: análise à luz da teoria crítica frankfurtiana, barbarização e resistência**. Orientador: Prof.^a Dr^a Estelamaris Brant Scarel. 2021. 109 f. Dissertação mestrado – PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS. Goiás. 2021. Disponível em: <http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/4711> Acesso em 08/04/2023

RIOS, Terezinha Azerêdo. *Ética e competência*. 20^a ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETO, Moacir Simardi. **A Precarização do Trabalho Docente na Rede Pública Estadual Paulista: possibilidades de uma análise territorial**. Orientadora: Profa. Dra. Viviane Melo de Mendonça Coorientadora: Profa. Dra. Kelen Christina Leite. 157 f. 2019. Dissertação Mestrado. Centro De Ciências Humanas E Biológicas, Universidade Federal De São Carlos Campus Sorocaba, Sorocaba – Sp. 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/11463> Acesso em: 08/04/2023

PIOVEZAN, Patrícia Regina. **As políticas educacionais e a precarização do trabalho docente no Brasil e em Portugal**. Orientadora: Prof.^a Dr.^a Neusa Maria Dal Ri .2017. 225 f. Tese de Doutorado - Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista – UNESP. Marília. 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/148792> Acesso em: 08/04/2023

RAMOS, Luciana Moreira Francisco. **PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE: uma análise a partir da escola pública da cidade de São João de Meriti**. Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Margarida de Mello Barreto Campello. 2017. 125 f. Dissertação de mestrado. ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO - FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ-Rio de Janeiro. 2017. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/20792>. Acesso em: 08/04/2023

SALGADO, Daniel. Livro citado por Bolsonaro no Jornal Nacional não foi distribuído em escola. 29/08/2018. O Globo. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/livro-citado-por-bolsonaro-no-jornal-nacional-nao-foi-distribuido-em-escola-23021610> – Acesso em 13/06/2023 às 23:15

SAUDAÑA, Paulo. Pauta ideológica de Bolsonaro, ideologia de gênero, sofre derrota em série no STF- 13/07/2020 - Folha - disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/07/pauta-ideologica-de-bolsonaro-ideologia-de-genero-sofre-derrotas-em-serie-no-stf.shtml>. Acesso em: 18/06/2023

SAVIANI, Demerval. Trabalho e Educação: fundamentos ontológicos e históricos. Rev. Bras. Educ. [online]. vol.12, n.34, pp.152-165, 2007. SILVA, Ribeiro.

SILVA, Amanda Moreira da. **A precarização do trabalho docente no século XXI: o precariado professoral e o professorado estável formal sob a lógica privatista empresarial nas redes públicas brasileiras**. Orientadora: Prof.^a Dr.^a Vânia Cardoso da Motta.2018. 395 f. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em

Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em:
<https://ppge.educacao.ufrj.br/teses2018/tAmanda%20Moreira%20da%20Silva.pdf>. Acesso em: 20/11/2022

SILVA, Michelle Castro. **A profissionalização docente no âmbito da formação continuada do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: da valorização à precarização do trabalho de professores**. Orientadora: Prof^a. Dr^a. Eliana da Silva Felipe. 2017. 201 f. Dissertação mestrado – Instituto De Ciências Da Educação. Universidade Federal do Pará. Belém -Pá. 2017. Disponível em:
<http://ppgedufpa.com.br/arquivos/File/michellecastro.pdf>. Acesso em: 08/04/2023

STOCKMANN, Daniel. **Trabalho Docente Na Rede Estadual De Ensino De Mato Grosso Do Sul (2008 A 2018)**. Orientadora: Prof^a. Dra. Maria Dilnéia Espíndola Fernandes. 2020. 136 f. Tese Doutorado – Faculdade De Educação – FAED- Universidade Federal De Mato Grosso Do Sul. CAMPO GRANDE/MS. 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/4378>. Acesso em: 08/04/2023

TORRES, Edileusa da Silva. **Precarização do trabalho docente: o caso do professor substituto do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba**. Orientadora: Maria Salete Barboza de Faria. 125 f. 2019. Dissertação mestrado – CENTRO DE EDUCAÇÃO. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa. 2019. Disponível em:
<https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/16831>. Acesso em 08/04/2023

VIEIRA, Renato Gomes. **As reconfigurações do trabalho docente no século XXI: controle, intensificação e precarização do professor**. Orientadora: Prof.^a Dr. Lucinéia Scremin Martins. 2019. 195 f. Tese de Doutorado-Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás. Goiânia. 2019. Disponível em:
<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/10282/5/Tese%20-%20Renato%20Gomes%20Vieira%20-%202019.pdf>. Acesso em: 08/04/2023